

Transições

Centro Universitário Barão de Mauá

<https://doi.org/10.56344/2675-4398.v4n2a2023.1>



Título

Uma antropologia dos lugares e da memória

Autores

Michelangelo Giampaoli

Felipe Ziotti Narita

Ano de publicação

2023

Referência

GIAMPAOLI, Michelangelo; NARITA, Felipe Ziotti. Uma antropologia dos lugares e da memória. **Transições**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 2, 2023.

Recebimento: 25/11/2023

Aprovação: 04/12/2023

UMA ANTROPOLOGIA DOS LUGARES E DA MEMÓRIA

Entrevista com Michelangelo Giampaoli

Organização: Felipe Ziotti Narita

MICHELANGELO GIAMPAOLI

O pesquisador italiano Michelangelo Giampaoli é doutor em antropologia pela Università degli Studi di Perugia (Itália) e pela Université de Paris Ouest Nanterre La Défense (França), tendo realizado pós-doutorado na UNESP (campus de Araraquara). Atualmente, leciona na University of Illinois at Chicago e na DePaul University, ambas nos Estados Unidos. Giampaoli vem desenvolvendo trabalhos a partir da intersecção de temas como multiculturalismo, diversidade religiosa, poder e resistência, além de já ter conduzido pesquisas etnográficas e publicado trabalhos que exploram o espaço urbano e as relações antropológicas com a morte e com a memória. Aproveitamos a estadia do pesquisador no Centro Universitário Barão de Mauá, em novembro de 2023, para conduzir uma conversa que abordou, a partir da antropologia, temas como a memória, os lugares, a morte, a ritualidade e as condições da produção intelectual das ciências sociais na universidade contemporânea. A fim de manter a fluidez do diálogo, tentamos preservar a oralidade da conversa nesta transcrição.



Felipe Ziotti Narita: Especialmente a partir dos anos 1980, na esteira das obras de Pierre Nora, Aleida Assmann, Paul Ricoeur, entre outros, os *lieux de mémoire* ganharam destaque nas pesquisas sobre o espaço urbano e a construção antropológica de lugares, ou seja, de identidade e relações simbólicas que funcionam como mediadoras de nossos vínculos com determinados espaços. Você tem diversos estudos sobre os espaços urbanos e, sobretudo, cemitérios. Os cemitérios parecem casos interessantes desses *lieux de mémoire*, não?

Michelangelo Giampaoli: Mais do que somente com a memória, acho

que esses lugares mostram também a necessidade da relação com a história. Há muitos textos a respeito. Você certamente conhece o Maurice Halbwachs, Philippe Ariès, Louis-Vincent Thomas e tantos outros. O Nora foi discutido mais criticamente, então é um bom ponto de partida. Quando eu fiz doutorado na França sobre o Père-Lachaise, minha orientadora, a professora Cristina Papa, com a concordância do meu orientador francês, o professor Raymond Jamous, logo quando eu apresentei a primeira versão da introdução da minha tese, disse: “está faltando Pierre Nora”. Ela estava certa. Cemitério é um dos espaços em que, além da história e da memória, a dimensão coletiva desses fenômenos é mais evidente. A morte e a religiosidade compõem a construção simbólica de um cemitério, adicionando mais componentes à memória e à história. Em outras palavras, a memória e a história precisam da religião – e da morte – para que consigam se manifestar de modo mais eficaz. Apesar de as nossas sociedades ocidentais quererem esquecer a morte, como o próprio Thomas bem colocou, os cemitérios permanecem como espaços concretos de memorialização e de historicização da memória.

Nesse sentido, o cemitério é oposto ao que Marc Augé definiu como não-lugar. Eu o conheci em Perugia, quando ele proferiu a aula magna para minha turma de doutorado internacional e, depois, o encontrei novamente em Paris. Em uma conversa com o Augé, ele mesmo recusava os sentidos que posteriormente foram atribuídos à ideia de não-lugar. Uma leitura superficial poderia indicar que o cemitério é um não-lugar, um lugar da ausência. Eu creio, e o Augé mesmo indicou isso, que poucos espaços são tão lugares, são tão carregados de humanidade, quanto os cemitérios. Eles são tão-lugares, em vez de não-lugares, justamente porque estão carregados de história e de memória, sendo a morte e a religião dois vetores que reforçam essa relação.

Felipe Ziotti Narita: É interessante essa referência ao Augé, pois a teoria dos não-lugares, apresentada no auge do processo de globalização, ressalta a predominância de experiências espaciais fugazes, de passagens (rodoviárias, aeroportos, estações de trem e metrô, etc.), incapazes de enraizar lugares no sentido antropológico, quer dizer, espaços construtores de vínculos e de identidade. Tenho a impressão de que um cemitério é um tão-lugar na medida em que, do ponto de vista antropológico, ele constrói identidade para coletividades...

Michelangelo Giampaoli: Com certeza. Eu uso a definição de cidade dos mortos quando falo de cemitérios. Mas às vezes penso que deveria utilizar menos essa fórmula. Os cemitérios são construídos pelos mortos, mas, sobretudo, pelos vivos. Um dos principais objetivos do cemitério, além do cuidado com os mortos, é a comunicação com os vivos. Se o cemitério fosse apenas o espaço da morte, não haverá necessidade de memorialização, símbolos, mausoléus, obeliscos, etc. Hoje de manhã estive no Cemitério da Saudade, aqui em Ribeirão Preto, e logo vi que se trata de um dos lugares mais vivos da cidade. A primeira coisa que noto é o investimento de tempo, dinheiro, simbolismo, material e capacidades realizado pelos vivos. A cidade dos mortos é construída pelos vivos. Os mortos são uma desculpa para que continuemos falando sobre os vivos. Eu fiz uma planimetria do Père-Lachaise na minha tese de doutorado e é impressionante como a cidade dos mortos espelha e continua a cidade dos vivos. Os mortos continuam vivos porque os vivos precisam deles para reafirmar dinâmicas sociais, econômicas, políticas e ideológicas.

Recentemente, na Itália, recebi a *Abilitazione Scientifica Nazionale* em antropologia. É preciso fazer uma prova e você precisa enviar seus livros e artigos para avaliação. Então mandei meu último livro, *La vita sociale dei cimiteri*, que foi bem recebido, mas houve uma crítica: disseram que o livro não é sobre a morte, ele não fala de morte. O avaliador pensou que fosse um comentário negativo sobre a obra, mas eu vejo de outra forma. Ter um livro sobre cemitérios que não fala só de morte, ou pelo menos em que a morte não seja o objetivo primeiro, é o lado mais interessante da pesquisa. Outro avaliador, que eu conheço e admiro muito, tentou encontrar o não-lugar dentro do tão-lugar, ainda que eu estivesse tentando mostrar quão vivo é o cemitério.

Felipe Ziotti Narita: Esses grandes cemitérios, como o Père-Lachaise de Paris, Consolação em São Paulo, Recoleta em Buenos Aires, São João Batista no Rio de Janeiro, etc., abrigam figuras icônicas. O Père-Lachaise, por exemplo, recebeu o Jim Morrison. O cemitério, então, é também um grande lugar de atração turística. Há uma relação com a indústria cultural, não? Como você vê essa questão de o cemitério, em alguma medida, ter sido tragado pela produção cultural do século XX?

Michelangelo Giampaoli: Um brasileiro que visita Paris precisa ver Allan Kardec e Auguste Comte: ambos estão no Père-Lachaise. É difícil pensar

o Brasil sem Comte e Kardec. Voltando a essa questão final da sua pergunta, vejo com grande prazer e um pouco de medo. Com prazer, pois entendo que, mesmo não gostando muito da palavra indústria, as dinâmicas da cultura integradas ao cemitério abrem muitas perspectivas de interesse para a população. A cultura nem sempre é acessível a todos. Eu estive na Pinacoteca de São Paulo e paguei R\$30 e imagino que nem todo mundo em São Paulo tenha dinheiro para uma visita à Pinacoteca. O cemitério é um lugar de acesso democrático à cultura. Fico pensando na resposta a uma avaliação que, certa vez, uma aluna me entregou: “não pode pagar alguns milhares de dólares para ingressos VIP no backstage de um show do Metallica? Espere algumas décadas para visitar as lápides – ainda que alguns pés abaixo da terra, será o mais próximo que você conseguirá chegar deles”. Ninguém pode ir ao show do Metallica e ficar tão próximo dos músicos, pois é muito caro, mas todo mundo poderá visitar livremente o túmulo destes artistas. O túmulo é um palco post-mortem. Se há uma indústria interessada nisso é porque há uma população interessada. Há, por isso, uma comunidade científica dedicada a essas questões. Em Natal, no último encontro da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais, conversei com uma pesquisadora brasileira que trabalha com a memória da Carmen Miranda e da Clara Nunes a partir dos túmulos. O Anthony Seaton chama esse fenômeno de *thanatourism*, turismo thanatológico, que está se tornando interessante para diversos setores. O Père-Lachaise é a quinta atração turística da cidade e é um produtor de riqueza impressionante. Ainda que o cemitério seja público, e isso é muito importante, as pessoas vão, levam flores, vinho, comem, utilizam transportes, ou seja, são atividades econômicas importantes na região do leste de Paris. Quanto ao medo, é normal que a proliferação de atividades turísticas dentro de um cemitério, sem o devido controle, possa criar problemas para quem vai até lá por motivos pessoais, ligados à morte de um ente querido.

Felipe Ziotti Narita: Acho que, pensando em lugares ou tão-lugares, estamos falando também da construção de memória coletiva. Alexei Yurchak apresentou uma interessante análise antropológica sobre o mausoléu de Lenin, destacando como a materialidade do corpo do ex-líder soviético revela uma profunda politização da morte. Nessa linha, Nina Tumarkin também destacou o papel dessa materialidade no culto ao líder a partir da exposição pública da morte. Você pesquisou o

papel da capela funerária onde está o corpo de Benito Mussolini, em Predappio, que ainda reúne, além de turistas, diversos simpatizantes nostálgicos do fascismo. Como funciona essa relação simbólica tecida entre o público, a memória, a política e o lugar?

Michelangelo Giampaoli: Mais uma vez, esse é o caso de um tão-lugar catalisador de dinâmicas políticas e sociais. O thanaturismo não necessariamente diz respeito a figuras positivas. Por exemplo, em Chicago, onde eu moro, um dos túmulos mais visitados é do Al Capone, que representa o pior aspecto da imigração italiana nos Estados Unidos: a máfia. Imagino que figuras como essa recebem atenção da mídia e do público, de modo que esses túmulos se tornam espaços controversos para a memória.

Quando abordamos a questão do Lenin e, sobretudo, do Mussolini, estamos em outro âmbito. A questão do túmulo do Mussolini é muito importante porque, na política italiana contemporânea, muitas pessoas consideram a atual primeira-ministra, Giorgia Meloni, uma política de extrema-direita, mas muitos eleitores de extrema-direita não votam nela, pois consideram que a extrema-direita não existe mais na Itália. Eles consideram que o partido herdeiro do fascismo, o Movimento Sociale Italiano (MSI), foi extinto em 1995. Um político italiano chamado Gianfranco Fini, então líder do MSI, decidiu transformar o partido em uma direita um pouco mais moderada. Apesar de ser considerada extremista, Meloni fez toda sua carreira na centro-direita, de modo que sua política é filo-atlantista, filo-americana e capitalista, ou seja, absolutamente alinhada com os inimigos históricos do fascismo. Então, para os eleitores da extrema-direita, há uma ausência da direita histórica herdeira do fascismo. Muitas pessoas que hoje veem com nostalgia o fascismo, além de uma visão romantizada (Mussolini como o político que mais amou os italianos, Mussolini foi o único político italiano que não era corrupto, etc.), encontram em Predappio o único espaço físico onde podem demonstrar esse vínculo com o fascismo. A saudação fascista é proibida por lei na Itália, bem como a apologia do fascismo. No túmulo do Mussolini, esse vínculo pode ser construído porque o cemitério, de certa forma, 'protege' e permite a transgressão. A cidade dos mortos deixa de fora o cumprimento da lei da cidade dos vivos.

Em Chicago, em um dos cemitérios, há um monumento funerário à memória de mais de 4 mil soldados confederados, ou seja,

combatentes do sul durante a Guerra de Secessão. Mas Chicago foi uma das regiões apoiadoras da causa nortista. Então eles eram prisioneiros de guerra que foram enterrados em um lugar que muitos consideram a maior vala comum do hemisfério ocidental. Como você bem sabe, nós vivemos uma época de redefinição da paisagem estatutária: estátuas de Colombo são removidas e estátuas de Lincoln (em função da perseguição movida contra povos nativos) e de Washington (por ter sido escravista) são cada dia mais questionadas nos Estados Unidos. Mas o monumento à memória dos confederados segue intocado, bem no centro de Chicago, uma cidade multicultural e predominantemente de esquerda – se é possível falar de “esquerda” no contexto norte-americano –, porque está na cidade dos mortos.

Felipe Ziotti Narita: Parece que a cidade dos mortos, como lugar, cria uma espécie de zona cinzenta em que o legal e o ilegal, o permitido e o abjeto ficam embaralhados...

Michelangelo Giampaoli: Exatamente. A religião e a morte – por meio das emoções desenvolvidas a partir delas, incluindo o medo e o distanciamento – criam uma barreira que deixa a vida acontecer no cemitério de um modo que não ocorreria fora daquele domínio. Mais uma vez, o cemitério não é o lugar de ausência, mas um lugar de presença. Uma presença que, aliás, pode se tornar transgressiva. Muitas coisas feitas pelos vivos no cemitério seriam impossíveis fora do cemitério, seriam mais questionadas, mais discutidas.

Felipe Ziotti Narita: Nos casos do Lenin, do Mussolini e dos confederados de Chicago, acho que estamos falando de uma memória pública, na medida em que as pessoas circulam e constroem contatos públicos com esses ícones e lugares. Tenho a impressão de que durante o auge da pandemia, entre 2020 e o início de 2021, assistimos a algumas mudanças na relação com a morte. Em função da emergência sanitária, muitos corpos, por exemplo, mal puderem ser velados. Lembro de relatos de corpos nas ruas de Quito e mesmo da quantidade de idosos mortos nas próprias casas em Bergamo na Lombardia. Como essas dinâmicas afetaram nossa relação com a morte?

Michelangelo Giampaoli: Acho que a reflexão mais importante a partir da pandemia tem a ver com os “heróis da pandemia”. Nós somos

professores e fomos considerados heróis durante a pandemia – pelo menos pela mídia. Profissionais da saúde, como enfermeiros e médicos, também – e, de fato, eles foram grandes heróis da pandemia. Mas trabalhadores do setor funerário foram totalmente esquecidos e, ao mesmo tempo, muito expostos à dinâmica da pandemia não apenas do ponto de vista sanitário, mas de burnout. Imagina: um profissional lidando com dezenas de mortes e funerais diários, famílias enlutadas, mortes inesperadas de jovens, mudanças radicais nas práticas e nos rituais, no atendimento, etc. Com uma colega de Santa Catarina, Elisiana Castro, escrevi um livro intitulado *Ofícios da morte*, a partir de uma pesquisa conduzida durante a pandemia com profissionais do setor funerário de Santa Catarina. Essa invisibilização dos trabalhadores funerários é um tema que deveria ser abordado com mais frequência. O segundo ponto tem a ver com o preconceito e com o estereótipo em relação aos cemitérios. As pessoas erroneamente acham que o cemitério é somente sofrimento, mas não é assim. No cemitério, a morte já ocorreu. A morte ocorre no hospital. No cemitério começa a memorialização e a ritualização. A pandemia demonstrou que a própria casa é um espaço de morte. A rua é um espaço de morte. A fronteira entre a vida e a morte não é tão rígida. A morte entrou na nossa vida, assim como os vivos adentram os cemitérios, que são grandes lugares de vida.

Para a reflexão antropológica, há ainda outra dimensão: a questão religiosa. Durante a pandemia houve uma mudança radical em estruturas rituais. Acho que aqui no Brasil a última grande epidemia tenha sido febre amarela. Na Europa, foi a gripe espanhola. Então estamos falando de um século em que se estabeleceu um conjunto de ritos em relação à morte. Tivemos de lidar, com a pandemia, com a transformação do rito. Ao mesmo tempo, é o rito que protege a sociedade em um momento de crise – isso é Van Gennep. Há um ritual para nos proteger da *krisis*, da mudança, da transformação. Ao transformar o ritual, abrimos uma ferida social e entramos no desconhecido.

Essa lógica ritual é muito importante para o cristianismo e diversas outras religiões. Penso particularmente nas religiões que não contemplam a possibilidade de cremação, que foi uma prática importante na gestão da morte e do luto durante a pandemia. Ela foi a opção mais eficaz para lidar com a quantidade de corpos e depois cuidar do processo ritual. Não enfrentamos direito essas mudanças. Vemos situações

semelhantes durante a guerra: veja em Gaza hoje, quando há 15 mil pessoas mortas – a esmagadora maioria, de palestinos, e muitos deles crianças – em apenas dois meses de conflito, sendo que a maioria não pode – e não quer – ser cremada por razões religiosas. A crise de Gaza não é apenas uma gestão dos vivos, mas uma gestão dos mortos. A destruição da ritualidade funerária é a destruição de um dos pilares para a estabilidade das pessoas e das comunidades.

Felipe Ziotti Narita: Interessante que, nessa perspectiva, há não apenas uma mudança em relação à morte, mas uma mudança mais profunda, pois envolve o rito. O rito é a estrutura de qualquer sociedade, de modo que, quando essas dinâmicas são alteradas, não estamos falando de mudanças fugazes ou curtas, mas com regras que instituem as relações socioculturais. Será que você poderia falar um pouco mais sobre essa questão?

Michelangelo Giampaoli: Isso é fundamental. Às vezes fico incomodado com minhas próprias pesquisas, pois esqueço a função do rito na reflexão sobre os vivos e os mortos. É impossível menosprezar os rituais. Não há construção cultural mais complexa do que a ritualidade. Retomo o Van Gennep e o Victor e a Edith Turner: o rito nos humaniza, ele estrutura comunidades. Nós somos moléculas que se mantêm juntas por causa dos rituais. Nós geralmente ressaltamos os ritos de início e de fim, como o nascimento, o batismo, os ritos funerários, etc., mas qualquer relação é ritual. Nossa relação, nesse momento, aqui na universidade, é totalmente ritual. Nós somos rituais. O ritual antecede qualquer outra forma de organização humana.

O momento mais crítico da pandemia não foi apenas a crise política, o colapso do sistema de saúde ou os problemas econômicos. Do ponto de vista ontológico e antropológico, a maior crise foi da ritualidade. A pior paralisia, como sociedade, foi a crise do ritual. O rito nos protege e nos mantém juntos. Ele é o elemento que ajuda a ter esperança diante de qualquer crise. Muitas pessoas dizem que a vida após a pandemia não é mais a mesma: estamos de volta, mas a vida mudou muito. Quando dizemos isso, estamos verbalizando, ainda que de modo não explícito, o choque dessa estrutura ritual. Esse é o grande trauma.

Felipe Ziotti Narita: Você vem desenvolvendo pesquisas em um projeto que envolve também a USP e uma universidade de Moçambique a

respeito de antropologia urbana. Será que você poderia falar um pouco desse trabalho?

Michelangelo Giampaoli: Esse trabalho nasceu a partir de uma conversa que tive há uns anos com o professor José Magnani, da USP, um dos maiores antropólogos urbanos brasileiros. Acho que vocês têm o Gilberto Velho no Rio de Janeiro e o Magnani em São Paulo como duas grandes figuras da antropologia urbana. Magnani criou uma subseção do Núcleo de Antropologia Urbana (NAU) da USP intitulada LabNAU – Grupo de Pesquisa de Estudos Cemiteriais, envolvendo estudantes dos cursos de Antropologia, Arquitetura e Artes. Nesse processo, envolvemos também um colega moçambicano, o António Alone Maia, da Universidade Rovuma, e juntos pensamos em pesquisas conduzidas em Nampula, Chicago e São Paulo, tentando entender como as dinâmicas de cemitérios se desenvolvem nos três países. O projeto recebeu um auxílio do CNPq, permitindo algumas viagens, e é intitulado “Cemitério também é cidade: uma análise antropológica dos espaços cemiteriais urbanos”. Entre as atividades desenvolvidas, há trocas de relatos de trabalho de campo, relatórios, comparativos entre cemitérios de classes mais abastadas e cemitérios periféricos, etc. Durante a pandemia, investigamos o impacto sobre a ritualidade de cemitérios. Destacamos também questões étnico-raciais: uma aluna minha fez um trabalho sobre a representação da morte – especialmente de jovens afro-americanos – num cemitério suburbano em Chicago. Algumas figuras importantes da comunidade afro-americana, por exemplo, estão enterradas em Chicago, como Jesse Owens, que venceu as olimpíadas de 1936 diante do Hitler, ou a jornalista Ida B. Wells. Aqui em São Paulo vocês tem o Luiz Gama, referência do abolicionismo. Mais uma vez o cemitério é uma fonte de reflexão sobre as questões dos vivos a partir da cidade dos mortos, entrelaçando memória, identidade, religião e morte.

Felipe Ziotti Narita: Quando você fala das perspectivas transnacionais e dos trabalhos comparados, eu penso como os conceitos circulam e as práticas são transferidas e ressemantizadas nos diversos contextos de recepção. Essa plasticidade da cultura parece um tema importante para a reflexão antropológica, não?

Michelangelo Giampaoli: Sim. Eu sempre enfatizo a importância de

traduzir o conceito e o contexto. O encontro entre culturas – e línguas – é tão rico quanto complexo e, potencialmente, escorregadio. Por exemplo, o termo “fascismo”. Ontem, conversando com os alunos da graduação que participam da disciplina oferecida junto ao Global Learning Experience, programa da DePaul University executado aqui em parceria com o Centro Universitário Barão de Mauá, por meio do Prof. Dr. Rafael Cardoso de Mello e de mim, discutíamos esses usos contemporâneos do conceito. Algumas pessoas falam de um fascismo do Milei, o novo presidente da Argentina, mas o Milei é um defensor do Estado mínimo, ao passo que o fascismo é o Estado presente em tudo. Ironicamente, o adversário do Milei, o Massa, vem da vasta tradição peronista – e o peronismo foi a incorporação mais completa do fascismo na América Latina. O Perón foi a Roma para estudar a ideologia do Mussolini e sua proposta de Estado social carrega muita coisa do fascismo. Para o fascismo, o Estado está em tudo. Giovanni Gentile, o grande ideólogo do fascismo, falava do Estado ético, quer dizer, cada cidadão deve ser uma parte do Estado e o indivíduo só se realiza plenamente dentro do Estado.

Felipe Ziotti Narita: As redes e os diversos dispositivos de comunicação ajudaram a viabilizar projetos internacionais de colaboração científica. Acho que os impactos desses novos modos de produção e de circulação do conhecimento e da ciência são enormes para nossa área, as ciências sociais, uma vez que temos uma quantidade ímpar de projetos transnacionais que viabilizam não apenas o intercâmbio de pesquisadores, docentes e alunos, mas a construção de metodologias para trabalho comparado e tratamento de dados diferenciados. Ao mesmo tempo, a língua impõe barreiras, porque o inglês é nossa *lingua franca* para a comunicação científica e há sólidas tradições teóricas nacionais que, em função de poucas traduções, ficam desconhecidas...

Michelangelo Giampaoli: As pesquisas cemiteriais no Brasil, por exemplo, são relevantes no mundo. Aqui, as pesquisas sobre morte e cemitérios são muito avançadas. A quantidade de pesquisadores brasileiros na área é grande, acredito que seja maior do que países como Argentina, México, Itália e mesmo nos Estados Unidos. Acho que o Brasil vem assumindo uma posição de liderança nessa área. Cemitérios são assuntos de diversos trabalhos de conclusão de curso, mestrados, doutorados, pós-doutorados, etc. Algumas das questões sobre

ritualidade e thanaturismo, que eu mencionei há pouco, foram construídas em parceria com pesquisadores brasileiros. Essa relevância, aliás, demonstra como diversas áreas – história, antropologia, arte, administração pública e sociologia – estão engajadas nesse campo. Além do desenvolvimento de pesquisas, é importante também o trabalho de tradução para o inglês, espanhol ou mesmo italiano. A maioria das pesquisas brasileiras, que são de ótima qualidade, não é traduzida. Essa é uma questão que extrapola a língua portuguesa. Conversávamos um pouco antes da entrevista a respeito do Ernesto de Martino, cujos trabalhos são muito importantes. Nos anos 1950, ele refletia sobre o etnocentrismo crítico – um tema fundamental hoje. E ele, como grande historiador das religiões, ex-aluno de Croce, já desenvolvia etnografia em equipe: trabalhava com etnomusicólogos, psicólogos, psiquiatras, etc. Ele já desenvolvia trabalhos que apenas hoje estão surgindo, por exemplo, nos Estados Unidos. Mas ele escrevia em italiano e não foi traduzido. O trabalho de tradução é fundamental. Certamente, Augé e Nora são grandes autores. Mas não acho que as reflexões metodológicas de um Ernesto de Martino estejam aquém dos franceses. Aí pesa também toda a tradição da antropologia francesa e da língua francesa contra a menor difusão da antropologia italiana. Na antropologia urbana, por exemplo, não acredito que os escritos do Gilberto Velho e do José Magnani sejam menos importantes do que os textos franceses da Colette Pétonnet ou da Martine Segalen, embora estas sejam duas das antropólogas que mais admiro e respeito no campo da antropologia urbana e da família na França.

Felipe Ziotti Narita: Há também uma questão de assimetrias de poder nessa questão da tradução e do domínio do inglês. Certamente há a hegemonia política dos Estados Unidos no final do século passado, mas o sistema universitário norte-americano é muito sólido. Desde programas de fomento à pesquisa até a profissionalização dos trabalhos de editores e revisores de periódicos e editoras, que estão na linha de frente da comunicação científica. Todos esses elementos assinalam condições muito diferentes e desiguais em relação, por exemplo, às nossas condições aqui na América Latina e, até onde conheço, em diversos países europeus.

Michelangelo Giampaoli: Com certeza. A proeminência do inglês, que antes foi do francês, é imperialista. Na própria França, o CNRS (Centre

National de la Recherche Scientifique) hoje é mais fraco do que já foi. Um colega da UNESP de Araraquara certa vez me disse que no Brasil foi preciso o Black Lives Matter para que o movimento Vidas Negras Importam ganhasse mais força. Em um país onde talvez haja a maior população afro-americana, com os contextos mais propícios para discutir negritude e questões étnico-raciais no continente, essa situação é estranha. Em Chicago há um crescimento da população mexicana e da América Central, então na DePaul University e na University of Illinois at Chicago há departamentos de estudos de América Latina, de modo que circulam textos em espanhol. O próximo passo poderia ser a expansão também do português. Mas mesmo com o espanhol ainda estamos falando de pequenos nichos. Muitos dos meus colegas antropólogos nos Estados Unidos, que são excelentes pesquisadores e pessoas muito cultas, leem apenas inglês ou, no máximo, francês. Eu acho que há limites para a ciência feita em inglês, algo tão em voga na América Latina e promovido também pela União Europeia. O esquecimento de autores fundamentais, simplesmente porque não foram traduzidos ao inglês, é frustrante para nossa área.